

03ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – CMPPD REALIZADA EM 24 (VINTE E QUATRO) DE JUNHO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS) NO AUDITÓRIO DA ACIA, SITUADA NA RUA PAUL HARRIS, 521 - CENTRO; Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), realizou-se a 3ª (terceira) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – CMPPD; sob a presidência da Sra. Leslie; A reunião teve início às 9h35 (nove horas e trinta e cinco minutos), após a verificação e registro do quórum; **1. PRESENCAS:** Conforme lista de presença anexa, registraram-se as seguintes participações: **Representando a Sociedade Civil:** Juciel Paulo Silva (titular) e Fábio Calixto (suplente) do segmento Instituição Religiosa; **Representando o Poder Público:** José Adriano Spatti (titular) e Andrea Jamaica Alves Mesquita (suplente) da Secretaria Municipal de Educação; Lucas Mendes (titular) da Secretaria Municipal de Assistência Social; Aline Stephanie da Silva (titular) e Leslie Catarina Aldrigueti dos Santos (suplente) da Secretaria de Segurança Pública; Plederson Itabajara Antonio Silva (titular) e Carla Camilo (suplente) da Secretaria Municipal de Saúde; Juliana Rafaela Zanotti (titular) da Secretaria de Esporte e Lazer; e Wagner Antonio Leveghin (suplente) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (PAT); **Convidados:** Francisbel Mendes e Bianca R. de Oliveira (SMAS); **2. QUÓRUM, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PARA VOTO:** Registrou-se a presença de 10 (dez) conselheiros e destes 7 (sete) com direito a voto; **3. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Cristina da Cruz Franchini; Silvana Polin Rodrigues; **4. ABERTURA:** A presidente saudou e agradeceu a presença de todos; **5. MESA-DIRETORA:** Inicialmente, foi submetida à apreciação dos conselheiros a ata da reunião anterior, sendo informado que o documento havia sido disponibilizado previamente no grupo oficial do Conselho no aplicativo WhatsApp, em 1º de junho de 2026, tendo recebido 12 (doze) manifestações favoráveis; Os conselheiros presentes confirmaram a leitura do documento, ficando registrada sua aprovação; Na sequência, passou-se à deliberação acerca da recomposição das Comissões Permanentes, nos termos do Capítulo IV, artigo 11, § 1º, do Regimento Interno, que dispõe: "Os colegiados de que trata o caput serão compostos por 4 (quatro) a 6 (seis) conselheiros, de maneira paritária, que entre si elegerão um coordenador e um secretário; Os conselheiros poderão ser escolhidos entre aqueles que se voluntariam para o trabalho e, caso não haja voluntários em número suficiente, o Presidente fará a indicação dos nomes necessários para a composição do grupo"; Considerando que, após duas reuniões consecutivas, não foi possível obter número suficiente de conselheiros voluntários para compor as Comissões Permanentes, a Presidente, em conjunto com a Secretaria Executiva, procedeu à indicação dos nomes necessários para a recomposição dos colegiados, submetendo a proposta à apreciação e deliberação da plenária, sendo aprovada pelos presentes; As Comissões Permanentes ficaram assim constituídas: **Comissão de Comunicação:** Jacqueline Garcia, José Adriano, Aline Stephanie, Rosa Maria e Juciel; **Comissão de Normas e Fiscalização:** José Adriano, Jefferson Libanori, Plederson, Cristina Franchini, Fábio Calixto e Carla Camilo; **Comissão de Prevenção, Tratamento, Recuperação e Reinserção Social:** Lucas Mendes, Silvana Polin, Juliana Zanotti, Cristina Franchini, Andréa Jamaica e João Carlos; **Comissão de Políticas Públicas:** Jefferson Libanori, Andréa Jamaica, Rafael Zambom e William Pedro; Informou-se que os conselheiros designados para compor as Comissões Permanentes seriam inseridos nos respectivos grupos já existentes no aplicativo WhatsApp, os quais serão utilizados como ferramenta de comunicação, articulação e acompanhamento das atividades desenvolvidas por cada comissão, visando conferir maior celeridade às discussões e aos encaminhamentos realizados entre as reuniões plenárias; Em seguida, foi apresentada a resposta da Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM, referente à consulta realizada na reunião anterior sobre a **possibilidade de divulgação institucional das ações do CMPPD;** Foi informado que o órgão manifestou-se favoravelmente à realização de divulgações por meio dos canais institucionais do Município, mediante encaminhamento prévio de materiais e conteúdos elaborados pelo Conselho; Diante da resposta positiva, os conselheiros discutiram a necessidade de fortalecer a divulgação das atividades do CMPPD, considerando a importância de dar publicidade às ações desenvolvidas e ampliar o conhecimento da população sobre o trabalho realizado pelo Conselho; Deliberou-se que a Comissão de Comunicação realizará reuniões específicas para tratar do tema, bem

como estabelecerá contato com a SECOM para alinhamento das orientações necessárias à criação de canais de divulgação e produção de materiais institucionais; Também foi relatada a **participação da Presidência do Conselho** em atividade realizada na Câmara Municipal, por meio da Tribuna Livre, ocasião em que foram apresentadas informações sobre as atribuições do CMPPD, o processo de reestruturação do Conselho e as ações em desenvolvimento; Foi destacado o interesse dos participantes, especialmente quanto às medidas de prevenção ao uso de drogas e às ações voltadas ao ambiente escolar, sendo esclarecido que o Conselho possui caráter consultivo, deliberativo e de formulação de políticas públicas, não exercendo atribuições executivas; Na sequência, foi discutida a **participação do CMPPD em atividades alusivas ao Dia Internacional de Combate às Drogas**, com foco em ações de prevenção destinadas ao público adolescente; Informou-se sobre convite recebido para participação em palestra educativa junto a estudantes, oportunidade em que o Conselho será representado por seus membros, contando também com a colaboração de representante do grupo Narcóticos Anônimos – N.A.; Durante os debates, os conselheiros ressaltaram a importância da prevenção ao uso de drogas entre adolescentes, destacando temas como influência de grupos sociais, pressão emocional, saúde mental e o crescente uso de cigarros eletrônicos entre jovens; Foi mencionada a necessidade de ampliar ações educativas nas escolas, bem como buscar parcerias com instituições de ensino superior, especialmente cursos de Psicologia, visando ao desenvolvimento de projetos permanentes de conscientização e prevenção; Ficou consignado o entendimento de que a Comissão de Prevenção, Tratamento, Recuperação e Reinserção Social deverá aprofundar as discussões sobre estratégias de prevenção, estabelecendo parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para desenvolvimento de ações continuadas; Prosseguindo, foram apresentados os ofícios e comunicações recebidos, destacando-se: o ofício do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED, solicitando a atualização dos dados cadastrais do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas do município, com vistas à melhoria da comunicação institucional; o e-mail contendo pedido de desligamento do conselheiro titular Vinícius Vianna Barreti, representante da Secretaria Municipal de Saúde, em razão de afastamento por licença para tratamento de saúde; e o ofício da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do qual foi indicada a designação do servidor Plederson Itabajara Antônio Silva para ocupar a vaga de membro titular junto ao referido Conselho; Também foram analisadas as respostas encaminhadas pela Delegacia de Polícia Civil e pela Secretaria Municipal da Saúde aos ofícios expedidos pelo Conselho solicitando informações e levantamentos relacionados às ocorrências envolvendo drogas no município; Em relação à resposta da Polícia Civil, foi informado que parte das informações solicitadas foi encaminhada ao Conselho, havendo restrições quanto à divulgação de determinados dados em razão do sigilo necessário às investigações em andamento; Ainda assim, os dados apresentados demonstram a relevância do tema e a necessidade de aprofundamento das discussões para subsidiar futuras ações e políticas públicas voltadas à prevenção, tratamento e enfrentamento dos problemas relacionados ao uso e tráfico de drogas no município; Na análise dos dados encaminhados pelos órgãos consultados, os conselheiros discutiram os principais locais do município apontados como áreas de maior incidência de consumo e circulação de substâncias psicoativas; Foi ressaltado que, embora ocorrências relacionadas ao uso e à circulação de substâncias psicoativas sejam registradas em diferentes regiões do município, determinados locais concentram maior número de ocorrências e reclamações, destacando-se áreas públicas, praças, parques, espaços com reduzida circulação de pessoas e regiões já identificadas pelos órgãos de segurança pública como pontos de maior vulnerabilidade social; Os participantes observaram, ainda, que tais locais são frequentemente frequentados por adolescentes e jovens, em razão da facilidade de acesso às substâncias ilícitas, circunstância que reforça a necessidade de fortalecimento das ações preventivas, educativas e de conscientização voltadas a esse público; Na sequência, passou-se à análise da resposta encaminhada pela Secretaria Municipal da Saúde; Foi destacado que o município de Araras ocupa posição de destaque regional nos índices relacionados a internações e atendimentos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, situação considerada preocupante pelos conselheiros presentes; Durante os debates, representantes da área da saúde e da

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE
DROGAS - CMPPD
LEI MUNICIPAL Nº. 5.552 DE 220/2022**



assistência social ressaltaram que o município vem desenvolvendo ações permanentes de prevenção, acolhimento e acompanhamento dos usuários, contando com a atuação integrada de diversos serviços da rede pública; Também foi destacado que Araras ocupa posição estratégica na região, recebendo fluxo constante de pessoas oriundas de municípios vizinhos, fator que influencia diretamente a demanda pelos serviços de atendimento; Os conselheiros ponderaram, contudo, que a maior parte das demandas atendidas pelos serviços municipais refere-se a munícipes residentes na cidade, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção, tratamento e reinserção social; Prosseguindo com os informes, foi apresentado e-mail referente ao programa estadual Porta de Entrada no Sistema Monitora/SP, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; Foram discutidas as informações preliminares disponibilizadas, especialmente sobre as modalidades de acolhimento oferecidas pelo programa, voltadas ao atendimento e acompanhamento de pessoas em processo de recuperação da dependência química; Esclareceu-se que ainda são necessárias informações complementares acerca da operacionalização do programa e dos requisitos para eventual adesão pelo município, ficando definido o encaminhamento de solicitação de esclarecimentos aos órgãos responsáveis para subsidiar futura análise pelo Conselho; Durante os debates, foi destacada a importância de iniciativas voltadas ao período pós-tratamento, considerando os desafios enfrentados pelos usuários no processo de reinserção social e prevenção de recaídas, sendo reconhecida a relevância de serviços de acolhimento e acompanhamento continuado; Na sequência, foi informado o encaminhamento de materiais técnicos e informativos relacionados às políticas públicas sobre drogas, disponibilizados aos conselheiros para conhecimento e análise pelas comissões temáticas; Na oportunidade, foi sugerida a realização de contato com o Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC, com o objetivo de verificar a possibilidade de oferta de palestras, capacitações e ações educativas em parceria com o CMPPD; Foi destacado que a Escola Legislativa da Câmara Municipal poderá auxiliar na organização das atividades, inclusive quanto à divulgação, inscrições e emissão de certificados aos participantes; A proposta foi recebida favoravelmente pelos conselheiros, ficando a Presidência responsável por buscar maiores informações acerca da viabilidade da parceria; **6. PORTARIA E RESOLUÇÕES PUBLICADAS:** Foi publicada a Portaria nº 12.765, de 15 de abril de 2026, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – CMPPD; **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião às 10h20 (dez horas e vinte minutos); Para constar, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada pela plenária, será assinada pela Primeira-Secretária, Juliana R. Zanotti, e pela Presidente, Leslie Catarina A. dos Santos.


Leslie Catarina Andriguetti dos Santos
Presidente do CMPPD


Juliana Rafaela Zanotti
1ª Secretária